



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 20 de maio de 2019



Série

Número 84

Sumário

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Despacho conjunto n.º 39/2019

Fixa o estatuto remuneratório do Licenciado em Direito, João José Ornelas Nunes, durante o exercício de funções de técnico especialista no Gabinete da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS

Despacho n.º 119/2019

Designa, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Lotas, cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Direção Regional de Pescas, o licenciado Pedro Miguel Alves Delgado, Inspetor Principal, da carreira de Inspeção, do mapa de pessoal da Autoridade Regional das Atividades Económicas, da Vice-Presidência do Governo Regional.

Despacho n.º 120/2019

Designa, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária, cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Direção Regional de Agricultura, a licenciada Filipa Isabel de Freitas Correia Delgado, Técnica Superior integrada no sistema centralizado de gestão de recursos humanos da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, afeta ao mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura.

Aviso n.º 178/2019

Renovação da comissão de serviço do Dr. Daniel Alexandre Maia Bravo da Mata, no cargo de Diretor de Serviços de Alimentação e Veterinária, da Direção Regional de Agricultura, com efeitos a partir de 16 de junho de 2019.

Aviso n.º 179/2019

Renovação da comissão de serviço da Dra. Ângela Maria Figueira Fernandes Brazão da Silva, no cargo de Diretora de Serviços de Organização e Processos, da Direção Regional de Agricultura, com efeitos a partir de 16 de junho de 2019.

Aviso n.º 180/2019

Renovação da comissão de serviço do Eng.º Luís Nuno Vasconcelos Porto Ribeiro, no cargo de Diretor de Serviços de Mercados Agroalimentares, da Direção Regional de Agricultura, com efeitos a partir de 16 de junho de 2019.

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Despacho n.º 121/2019

Nomeia Técnico Especialista do meu Gabinete, para prestar assessoria especializada no domínio do Ambiente, o Técnico Superior da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Licenciado em Direito, João José Ornelas Nunes.

Aviso n.º 181/2019

Abertura de procedimento concursal comum, destinado a trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público, para ocupação, mediante a constituição de vínculo de

emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um posto de trabalho previsto e não ocupado da carreira e categoria de técnico superior, com licenciatura em Engenharia Geográfica, abrangido pelo Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, previsto no mapa de pessoal da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente.

SECRETARIA REGIONAL DOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Aviso n.º 182/2019

Prórroga do prazo fixado para a apresentação das propostas, por mais 14 dias, passando a data limite de entrega das propostas para o dia 3 de junho de 2019, no âmbito do procedimento de contratação pública de “Reposição de infraestruturas afetadas - Estacionamento do Infante”. Publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 94, de 16 de maio de 2019.

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Despacho conjunto n.º 39/2019

Considerando que se torna necessário proceder à designação do Licenciado em Direito, João José Ornelas Nunes para exercer funções de técnico especialista no domínio do Ambiente no Gabinete da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais;

Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 50.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro, durante o ano de 2019 e até à aprovação do regime dos gabinetes dos membros do Governo Regional, a remuneração dos técnicos especialistas é estabelecida mediante despacho conjunto do respetivo membro do Governo Regional competente e do membro do Governo responsável pela área das finanças e da administração pública, com observância do limite máximo remuneratório fixado no Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro;

Em conformidade com a referida disposição normativa, conjugada com o disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, determina-se:

- 1 - Durante o exercício de funções de técnico especialista no Gabinete da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, o Licenciado em Direito, João José Ornelas Nunes tem direito a auferir uma remuneração base mensal ilíquida correspondente a 76,83% do valor padrão fixado para os titulares dos cargos de direção superior de 1.º grau, e um suplemento remuneratório mensal, pago 12 vezes ao ano, correspondente a 20% da respetiva remuneração base, devido pelo exercício do cargo em regime de disponibilidade permanente e isenção de horário de trabalho.
- 2 - O técnico especialista tem ainda direito a auferir os subsídios previstos no n.º 7 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.
- 3 - À remuneração e subsídios referidos nos números anteriores são aplicáveis as medidas de contenção extraordinárias estabelecidas por lei.
- 4 - O presente despacho entra em vigor à data da produção de efeitos do despacho de designação do referido técnico especialista do Gabinete da Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

Esta despesa tem cabimento orçamental na Secretaria 47; Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificações Económicas: 01.01.03.; 01.01.12.; 01.01.13.; 01.01.14.SF.; 01.01.14.SN.; e 01.03.05.A0.A0.

Vice-Presidência do Governo Regional e a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, 30 de abril de 2019.

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

A SECRETÁRIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, Susana Luísa Rodrigues Nascimento Prada

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS

Despacho n.º 119/2019

Despacho n.º GS-30/SRAP/2019

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho e retificado pela Declaração de Retificação n.º 15/2016 de 24 de agosto, os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis ou quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, consoante se trate de cargos de direção intermédia de 1.º ou de 2.º grau, respetivamente.

Considerando que nos termos do artigo 21.º da supra citada Lei, foi aberto procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Lotas, cargo de direção intermédia de 2.º grau, previsto na orgânica da Direção Regional de Pescas, cuja publicitação foi efetuada no JORAM, II Série, n.º 192, de 10 de dezembro de 2018, no Jornal “*O Público*” de 20 de dezembro de 2018 e na Bolsa de Emprego Público da Região Autónoma da Madeira;

Considerando a existência de uma única candidatura admitida ao referido procedimento de seleção, o júri, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho e retificado pela Declaração de Retificação n.º 15/2016 de 24 de agosto, propôs a nomeação do Dr. Pedro Miguel Alves Delgado para o cargo de Chefe de Divisão de Lotas, da Direção Regional de Pescas, mediante proposta devidamente fundamentada, na qual considera que este possui a experiência profissional necessária nas áreas de atribuições da Divisão de Lotas e por reunir todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro.

Determino:

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho e retificado pela Declaração de Retificação n.º 15/2016 de 24 de agosto, designar, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Lotas, cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Direção Regional de Pescas, o licenciado Pedro Miguel Alves Delgado, Inspetor Principal, da carreira de Inspeção, do mapa de pessoal da Autoridade Regional das Atividades Económicas, da Vice-Presidência do Governo Regional.

O presente despacho vai para publicação, acompanhado do currículo académico e profissional do designado.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

A despesa com este provimento tem cabimento orçamental na Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, na classificação orgânica: Secretaria 46, Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 02, na Classificação Económica D.01.01.03.00.00, D.01.01.11.00.00, D.01.01.13.00.00 e D.01.03.05.A0.A0.

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, aos 13 de maio de 2019.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS,
José Humberto de Sousa Vasconcelos

Anexo do Despacho n.º 119/2019, de 20 de maio

Nota curricular

Identificação:

Nome: Pedro Miguel Alves Delgado
Data de Nascimento: 23 de maio de 1978
Naturalidade : São Pedro - Funchal

Habilitações Académicas:

Mestrado em Ciências do Consumo Alimentar, concluído em 30 de abril de 2013 na Universidade Aberta, com a classificação final de 19 valores.

Licenciatura em Medicina Veterinária - Licenciado a 7 de maio de 2003 pela Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação final de 13 valores.

Curso do Ensino Secundário - Agrupamento 1 / Geral, concluído no ano letivo 1996 / 1997, com a média final de 18 valores.

Habilitações Profissionais:

- Curso de “*Formação de Formadores*”, com a duração de 90 horas, decorrido de 02/11/1999 a 15/12/1999, Certificado n.º FVN/523/99, pelo Centro de Formação Profissional da Venda Nova - Instituto do Emprego e Formação Profissional com Certificado de Aptidão Profissional (Certificado n.º EDF 18706/2000 DL). (CAP em vigor no âmbito da Portaria 994/2010, de 29 de Setembro)
- Cursos de Informática:
- “*WORD - Avançado*”, de 10 a 18 de março de 2005, com a duração total de 21 horas, que decorreu na DTIM, organizado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, com a classificação final de 19 valores.
- “*Construção de Páginas - Front Page - Avançado*”, de 17 a 24 de novembro de 2004, com a duração total de 18 horas, que decorreu na DTIM, organizado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, com a classificação final de 19 valores.
- “*Construção de Páginas - Front Page - Iniciação*”, de 22 a 29 de setembro de 2004, com a duração total de 18 horas, que decorreu na DTIM, organizado pela Direção Regional da Administração Pública e Local, com a classificação final de 19 valores.

Atividade Profissional:

- Chefe de Divisão de Lotas, da Direção Regional de Agricultura, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2018 (conforme Despacho n.º 308/2018, publicado no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, II Série, N.º173, de 5 de Novembro de 2018).
- Chefe de Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária, da Direção Regional de Agricultura, entre 19 de abril de 2016 a 14 de Outubro de 2018 (designado em comissão de serviço, por três anos, conforme Despacho n.º 131/2017 de 15 de março de 2017 e anteriormente em regime de substituição, com efeitos a partir de 19 de abril de 2016 conforme Aviso n.º 70/2016, de 21 de abril de 2016, II Série, Número 73 e Declaração de Retificação n.º 11/2016, de 28 de abril de 2016, II Série, Número 77 até 28 de Fevereiro de 2017, ambos publicados no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira).

Exerceu funções:

- Inspetor Principal, integrado na carreira de Inspetor Superior, na Inspeção Regional das Atividades Económicas, de 16 de março de 2009 (conforme “Aviso” publicado no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, II Série, Número 108, de 5 de junho de 2009) a 18 de Abril de 2016.
- Inspetor, integrado na carreira de Inspetor Superior, na Inspeção Regional das Atividades Económicas, desde 28 de dezembro de 2004 (conforme “Aviso”

publicado no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, II Série, Número 20, de 28 de janeiro de 2005) até 16 de março de 2009.

Outras Atividades

- Eleito e exerceu funções de Presidente do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Médicos Veterinários (OMV) para o quadriénio 2016-2019. (Com suspensão provisória de funções, solicitada pelo signatário, desde a “tomada de posse” até 17 de março de 2016. Renúncia de funções, por ter sido nomeado Chefe de Divisão, situação considerada incompatível de acordo com os estatutos da OMV).
- Presidente do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Médicos Veterinários, entre os anos 2013 e 2015. (Com suspensão provisória de funções, solicitada pelo signatário, desde 18 de setembro até o final do mandato).
- Membro da Assembleia Regional da Madeira, da Ordem dos Médicos Veterinários, entre os anos 2010 e 2012 (função - vice-presidente).

Outras Atividades Profissionais e Extra-Profissionais

- Orador em várias sessões de sensibilização, subordinadas ao tema “*O QUE PRECISO DE SABER SOBRE O MEU ANIMAL DE COMPANHIA?*”, destinadas a alunos da pré, 1.º e 2.º Ciclo, que decorreram no ano lectivo 2017/2018, em várias Escolas da Região Autónoma da Madeira, sendo uma iniciativa da Secretária Regional de Agricultura e Pescas/Direção Regional de Agricultura.
- Formador em vários cursos ministrados pela Escola Agrícola da Madeira, trabalho reconhecido com a atribuição de um Certificado de Reconhecimento subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Regional de Agricultura e Pescas, Dr. Humberto Vasconcelos, datado de 30/04/2018.
- Coautor do artigo intitulado “*Avaliação das Queixas e das Reclamações Relativas aos Serviços do Setor Agroalimentar da Região Autónoma da Madeira: Perspetiva do Consumidor*”, juntamente com a Professora Doutora Ana Pinto de Moura e com o Professor Doutor Luís Miguel Cunha, publicado na revista “*Alimentação Humana*”, 2014, Volume 20, n.ºs 2 e 3.
- Palestrante sobre o tema “*Queixas e reclamações no sector agroalimentar: Realidade da Região Autónoma da Madeira*” no âmbito do VIII Congresso da Ordem dos Médicos Veterinários e IV Encontro de Formação, realizado em 30 de novembro e 1 de dezembro de 2013.
- Formador do Módulo de “*Higiene e Segurança Alimentar*”, na área Técnico-Científica I, do Curso de Formação Específica para Estagiários da Carreira de Inspetor-adjunto, da Inspeção Regional das Atividades Económicas, realizado de 06/12 a 21/12/2005, com um total de 54 horas.
- Formador do Módulo de “*Higiene Alimentar*”, Curso: Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho, Entidade Promotora: ACIM, Empresa de Formação Profissional: CAMFOR. Total de horas ministradas: 21 horas. Ano:2004.
- Comunicação oral e apresentação de poster no “*Seminário - Genética e Doença*” que decorreu na

Faculdade de Medicina Veterinária no período de 28 de abril de 1999 a 25 de maio de 1999.

Estágios:

- Estágio da carreira de Inspetor Superior, na Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira, de 04 de maio de 2004 (conforme “Aviso” publicado no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, II Série, Número 116, de 15 de junho de 2004) a 28 de dezembro de 2004.
- Estágio realizado na Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira, no âmbito do Programa Ocupacional de Desempregados, de 1 de março de 2004 a 30 de abril de 2004.
- Estágio profissional realizado na Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira, de 15 de maio de 2003 a 14 de fevereiro de 2004. Classificação final de estágio - Muito Bom.
- Estágio curricular realizado na Inspeção Regional das Atividades Económicas da Região Autónoma da Madeira, na área de “Higiene e Segurança Alimentar”, de 2 de janeiro a 2 de maio de 2003 e elaboração de um Relatório de Atividades de Estágio com o título “O Papel do Médico Veterinário num Órgão de Polícia Criminal”. Classificação final de estágio - Muito Bom.

Ações de Formação Contínua (Área Profissional):

Formação Profissional	Entidade Promotora e Formadora	Ano de realização	Número de horas
Formação “Parasitas nos Produtos da Pesca”	SILLIKER Portugal, SA / MERIEUX NutriSciences	2019	4
Curso “Better Training for Safer Food” - O bem-estar animal durante o abate e a occisão de aves de capoeira para controlo de doenças ed. VI	European Commission- Consumers, Health and Food Executive Agency	2018	8
Ação de Sensibilização - “Regulamento Geral do Ruído e a Diretiva Ruído Ambiente”	SRARN - DROTA	2018	
Sessão de Divulgação - “Qualidade do Ar Ambiente na RAM”	SRARN - DROTA	2017	
“Workshop para melhorar o conhecimento das causas de morte dos lobos-marinheiros na Madeira”	SRARN - IFCN, IP-RAM	2017	
Curso “Better training for Safer Food” - Bem-Estar Animal no Abate e Occisão para Controlo de Doença Ed. II	European Commission- Consumers, Health and Food Executive Agency	2016	9
Ação de Formação - Plano Nacional de Controlo de Utilização de Medicamentos (PNCUM) - modalidade E-Learning	DGAV	2016	3
Workshop “Como reduzir o desperdício alimentar: propostas de intervenção”	UA / DRM OMV	2015	2

Formação Profissional	Entidade Promotora e Formadora	Ano de realização	Número de horas
Curso "Better training for Safer Food" - "Training on New Investigation Techniques Food Fraud (Course A)"	European Commission-DG Health and Food Safe	2015	9
Seminário "Pela defesa dos Interesses Coletivos dos Consumidores"	SRAS - IASaúde / Defesa do Consumidor	2015	
V Encontro de Formação OMV	OMV	2014	
Workshop "Informação ao Consumidor: Novas Regras sobre Rotulagem de Géneros Alimentícios"	UA	2014	
Seminário "ASAE- Desafios Presentes e Futuros"	ASAE	2014	
Seminário "Do Direito à Informação ao Consumo Seguro"	SRAS - IASaúde / Defesa do Consumidor	2014	
Ação de Formação "Licenciamento Zero"	AMRAM	2014	14
Seminário "Questões Alimentares na Perspetiva do Consumidor"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2014	7
Conferência "Agricultura Familiar na RAM- Passado, Presente e (que) Futuro"	ONU/FAO	2014	
Palestra "doenças neurológicas, não cirúrgicas, em cães e gatos"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2013	
VIII Congresso da OMV e IV Encontro de Formação	OMV	2013	
Palestra "Boas Práticas de Gestão no Exercício da Atividade Clínica"	Conselho Regional do Norte da OMV	2013	
Palestra "Abates de Urgência-Enquadramento Legal e Boas Práticas"	Conselho Regional do Norte da OMV	2013	
Ação de Formação "Regras Aplicáveis ao sector Alimentar"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2012	10
III Encontro de Formação OMV - XIII Congresso de Medicina Veterinária	OMV	2012	
"Poultry Welfare Training"	Animal Welfare Training Ltd	2012	
Ação de Formação "Fisioterapia e Reabilitação"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2012	5
Colóquio "Animais de Companhia: Doenças Infeciosas, Doenças Dermatológicas e Medicina do Comportamento"	OMV/ C. Regional da Madeira da OMV	2012	
Ação de Formação "Oncologia Veterinária"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2012	

Formação Profissional	Entidade Promotora e Formadora	Ano de realização	Número de horas
Seminário "Dia Mundial dos Direitos do Consumidor"	SRAS - Serviço de Defesa do Consumidor	2012	
Ação Comemorativa do "Dia Internacional da Mulher"	SRERH - DRT Serviço de Igualdade	2012	
Ação de Formação "Displasia do Cotovelo e Insuficiência Renal em Gatos"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2011	5
II Encontro de Formação OMV	OMV	2011	
Ação de Formação "Higiene e Segurança Alimentar"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2011	10
Ação de Formação "Comportamento Animal"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2011	4
Seminário "Compras na Internet e Proteção dos Consumidores"	SRAS - Serviço de Defesa do Consumidor	2011	
I Encontro de Formação OMV	OMV	2010	
I Seminário de Pecuária Biológica	Conselho Regional da Madeira da OMV	2010	
Seminário "Da Memória se constrói a História das Mulheres"	SRRH - DSI e DRT	2010	
Seminário "Pancreatites no cão e no gato"	Conselho Regional da Madeira da OMV	2010	
Curso "Patologia e diagnóstico na avicultura industrial"	ControlVet Madeira	2010	7
Ação "Apicultura Biológica"	Montado dos Avicelros	2009	27
Sessão de informação/esclarecimento sobre "Detenção de Canídeos"	SRA - DRADR	2009	4
Curso de Formação Profissional "Formulação de Objetivos e Indicadores de Medida e Fixação de Metas de Desempenho"	DRAP	2009	21
Lei da Parentalidade	Instituto de Emprego da Madeira	2009	
Seminário "Um Novo Olhar sobre o Consumo"	SRRH - Defesa do Consumidor	2009	
Conferência "O Jovem como Figura Nuclear nas Preocupações de Consumo"	SRRH-DRJ	2009	
Ação de formação "Introdução ao Direito de Autor e Direitos Conexos" (na vertente da "Fiscalização")	Sociedade Portuguesa de Autores	2009	4
Ação de formação "Fiscalização do DL 301/07 de 23 de Agosto de 2007"	Qualidade Siderúrgica Portuguesa	2008	7

Formação Profissional	Entidade Promotora e Formadora	Ano de realização	Número de horas
Ação de formação "ASAE e a Declaração de Aceitação dos Aços para Betão Armado e Pré-Esforçado, DL 301/2007"	Qualidade Siderúrgica Portuguesa	2008	2
Workshop "Certificação da Segurança Alimentar na Restauração"	APCER,	2008	
Curso "Investigação Criminal"	ASAE	2007	120
Seminário "Cidadania e Defesa do Consumidor"	SRRH - Defesa do Consumidor	2007	
Seminário "Qualidade e segurança Alimentar na Restauração"	APCER	2007	
Seminário "Certificar para Ganhar o Futuro"	APCER	2007	
Workshop "A Segurança Alimentar e o Sistema Obrigatório HACCP"	APQ-Delegação da Madeira	2006	
Seminário "Qualidade e Segurança Alimentar"	APQ-Delegação da Madeira / DRCIE	2006	
Seminário "Higiene Alimentar - Novos Regulamentos da EU"	SRA	2006	12
Curso "Direito das Contraordenações"	Vice-presidência - DRAPL	2006	24
Ação de Formação: "Metodologias de Investigação e Fiscalização"	SRRH-IRAE	2006	30
Seminário "Para Além da Certificação da Qualidade"	APQ-Delegação da Madeira / DRCIE	2006	
Ação "Direito das Contraordenações"	IRAE	2006	12
Curso "Bases para o Autocontrolo em Restauração Coletiva e Segurança Alimentar"	ACIF	2006	24
Seminário "Endividamento e Sobre-endividamento dos Consumidores, Prevenção e Tratamento"	SRRH - Defesa do Consumidor	2006	
Ação de Formação: "Atividade Económica e Perícia Contabilística"	SRRH-IRAE	2006	18
Ação de Formação: "Processo Penal"	SRRH-IRAE	2006	20
Ação de Formação: "Introdução ao Direito"	SRRH-IRAE	2005	10
Ação de Formação: "Direito Penal"	SRRH-IRAE	2006	10
Curso "Segurança Alimentar"	IGAE	2004	32
Conferência Internacional "Food Protection 2004"	Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz - NIFCSQA	2004	

Formação Profissional	Entidade Promotora e Formadora	Ano de realização	Número de horas
"Segurança Alimentar / Boas Práticas"	SGS Portugal / FN Hotelaria	2004	
Seminário "A Defesa do Consumidor no Século XXI"	SRRH - Serviço de Defesa do Consumidor	2004	
XXVII Jornadas Médico-Veterinárias "Inspeção Sanitária e Qualidade Alimentar"	UTL-FMV	2003	
Curso "Qualidade e Segurança Alimentar"	SRA - DRP	2003	38
Conferência Internacional "Food Protection 2003"	Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz - NISQA	2003	
Colóquio sobre Segurança Alimentar "Autocontrolo / Implementação e Avaliação"	OMV - Conselho Regional do Centro	2003	
2º Colóquio sobre Fauna Silvestre	UTL-FMV Grupo Fauna	2002	
XXV Jornadas Médico-Veterinárias: "Meios Complementares de Diagnóstico - Eletrocardiografia e Imagiologia"	UTL-FMV	2001	
Colóquios de "Medicina Veterinária Aplicada a Espécies Exóticas e Selvagens"	UTL-FMV Grupo Fauna	2001	
Colóquios de Medicina Veterinária Aplicada a Espécies Exóticas e Selvagens	UTL-FMV Grupo Fauna	2001	
V Congresso Português de Parasitologia	Sociedade Portuguesa de Parasitologia	2000	
Seminário "Genética e Doença"	UTL -FMV	1999	

Funchal, 13 de maio de 2019.
Pedro Delgado

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E PISCAS

Despacho n.º 120/2019

Despacho n.º GS-29/SRAP/2019

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho e retificado pela Declaração de Retificação n.º 15/2016 de 24 de agosto, os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis ou quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível

uma licenciatura, consoante se trate de cargos de direção intermédia de 1.º ou de 2.º grau, respetivamente.

Considerando que nos termos do artigo 21.º da supra citada Lei, foi aberto procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária, cargo de direção intermédia de 2.º grau, previsto na orgânica da Direção Regional de Agricultura, cuja publicitação foi efetuada no JORAM, II Série, n.º 192, de 10 de dezembro de 2018, no Jornal “*O Público*” de 20 de dezembro de 2018 e na Bolsa de Emprego Público da Região Autónoma da Madeira;

Considerando a existência de uma única candidatura admitida ao referido procedimento de seleção, o júri, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho e retificado pela Declaração de Retificação n.º 15/2016 de 24 de agosto, propôs a nomeação da Dra. Filipa Isabel de Freitas Correia Delgado para o cargo de Chefe de Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária, da Direção Regional de Agricultura, mediante proposta devidamente fundamentada, na qual considera que esta possui a experiência profissional necessária nas áreas de atribuições da Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária e por reunir todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro.

Determino:

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho e retificado pela Declaração de Retificação n.º 15/2016 de 24 de agosto, designar, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária, cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Direção Regional de Agricultura, a licenciada Filipa Isabel de Freitas Correia Delgado, Técnica Superior integrada no sistema centralizado de gestão de recursos humanos da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, afeta ao mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura.

O presente despacho vai para publicação, acompanho do currículo académico e profissional da designada.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

A despesa com este provimento tem cabimento orçamental na Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, na classificação orgânica: Secretaria 46, Capítulo 01, Divisão 02, Subdivisão 01, na Classificação Económica D.01.01.03.00.00, D.01.01.11.00.00, D.01.01.13.00.00, D.01.01.14.SF.00, D.01.01.14.SN.00, D.01.02.14.B0.00 e D.01.03.05.A0.A0.

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, aos 13 de maio de 2019.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS,
José Humberto de Sousa Vasconcelos

Anexo do Despacho n.º 120/2019, de 20 de maio

Nota curricular

Filipa Isabel de Freitas Correia Delgado

1. Dados Pessoais:

Nacionalidade: Portuguesa

Naturalidade: Funchal (S. Pedro)

Data de Nascimento: 30 de maio de 1979

2. Habilitações Académicas

- Licenciatura em Medicina Veterinária, ministrada pela Universidade Técnica de Lisboa (Set/1997 - Jul/2003).

3. Percurso Profissional:

- Out/18 até à data:
Direção Regional de Agricultura, Chefe de Divisão de Proteção Veterinária e Pecuária, designada em regime de substituição, desde 15 de outubro de 2018, conforme Despacho n.º 309/2018, publicado no JORAM, II Série, n.º 173, de 5 de novembro de 2018.
- Ago/05 até Out/18:
Direção Regional de Agricultura, Técnico Superior, da carreira de Médico Veterinário, do quadro de pessoal da Direção Regional de Agricultura, da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, com a função principal de médico veterinário oficial, na área de inspeção sanitária.
- Ago/05:
Direção Regional de Pecuária, pelo despacho n.º 74/2005, de 22 de Julho, do Adjunto do Gabinete por Delegação do Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais, foi nomeado definitivamente, na categoria de Técnico Superior de 2ª Classe, da Carreira de Médico Veterinário, do quadro de pessoal da Direção Regional de Pecuária, tomando posse do lugar a 16/08/2005.
- Abr/05 até Ago/05:
Direção Regional de Pecuária - despacho n.º 33/2005, de 21 de Março, do Chefe de Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais, com ingresso a 18/04/2005 no quadro de pessoal da Direção Regional de Pecuária, para realização de estágio, na Carreira de Médico Veterinário.
- Jul/04 até Mar/05:
Programa Ocupacional de Desempregados, na Direção Regional de Pecuária, orientado pela Dr.ª Teresa Maria Correia Spínola Rodrigues, no âmbito das atividades desenvolvidas na Divisão de Inspeção Veterinária.
- Abr/04 até Jul/04:
Acompanhamento de tarefas da Direção de Serviços de Proteção Veterinária, mais especificamente da Divisão de Inspeção Veterinária, na Direção Regional de Pecuária, em regime de voluntariado.
- Ago/03 até Abr/04:
Estágio Profissional, na Direção Regional de Pecuária, orientado pela Dr.ª Teresa Maria Correia Spínola Rodrigues, em Postos de Inspeção Fronteiriços.
- Jan/03 até Jul/03:
Estágio de final de curso, na Direção Regional de Pecuária, orientado pela Dr.ª Teresa Maria Correia Spínola Rodrigues, em “Inspeção Sanitária de

Animais de Talho” (bovinos, suínos, ovinos, caprinos e coelhos).

4. Formação Profissional:

- “*Animal disease preparedness, including early warning, contingency planning and animal disease control*”, curso de formação, promovido pela “BTSF - Better Training for Safer Food” - European Commission, realizado em Sofia, Bulgária, de 15 a 19 de abril de 2019;
- “*Mitos em Segurança dos Alimentos/HACCP e Flexibilidade Associada*”, workshop organizado pela Escola Agrícola da Madeira, realizado no dia 12 de abril de 2019, com a duração de 7 horas;
- “*Food Contacts Materials rules (FCMr)*”, curso de formação de eLearning, ao abrigo do Programa “BTSF - Better Training for Safer Food” - European Commission, realizado em 2018, com a duração de 8 horas;
- “*Colheita de Amostras para Análise de Resíduos de Pesticidas*”, workshop realizado pela Secretaria regional de Agricultura e Pescas, realizado no dia 20 de março de 2018;
- “*O Bem-Estar Animal Durante o Abate e a Ocisão de Aves de Capoeira para Controlo de Doenças*”, curso de formação de eLearning, ao abrigo do Programa “BTSF - Better Training for Safer Food” - European Commission, realizado entre 26 de abril e 6 de junho de 2017, com a duração de 8 horas;
- “*Prevention, Control and Eradication of Transmissible Spongiform Encephalopathies (TSE)*”, curso de formação de eLearning, ao abrigo do Programa “BTSF - Better Training for Safer Food” - European Commission, realizado entre 3 de outubro e 11 de novembro de 2016, com a duração de 8 horas;
- “*Bem-Estar Animal no Abate e Ocisão para Controlo de Doença*”, curso de formação de eLearning, ao abrigo do Programa “BTSF - Better Training for Safer Food” - European Commission, realizado entre 5 de agosto e 7 de outubro de 2016, com a duração de 9 horas;
- “*COMO REDUZIR O DISPERDÍCIO ALIMENTAR: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO*”, workshop, organizado pelo Mestrado em Ciências do Consumo Alimentar / Departamento de Ciências e Tecnologia, realizado em Lisboa, no dia 19 de maio de 2015, com duração de 2 horas e transmitido, em direto, para a Delegação Regional da Madeira da OMV.
- “*Food Hygiene & Flexibility*”, formação, promovida pela “BTSF - Better Training for Safer Food” - European Commission, realizada em GRAZ, Austria, de 9 a 13 de março de 2015;
- “*V Encontro de Formação da OMV*”, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2014, no Centro de Congressos de Lisboa.
- “*INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR: NOVAS REGRAS SOBRE ROTULAGEM DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS*”, workshop, organizado pelo Mestrado em Ciências do Consumo Alimentar / Departamento de Ciências e Tecnologia da Universidade Aberta, realizado na Universidade Aberta, Lisboa, no dia 24 de novembro de 2014, com a duração de 2 horas.
- “*HACCP Inicial e SIPACE*”, ação de formação, organizada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, realizada na Direção Geral de Alimentação e Veterinária, em Oeiras, de 31 de Março a 04 de Abril de 2014;
- “*Questões Alimentares na Perspetiva do Consumidor*”, seminário organizado pelo Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Médicos Veterinários, realizado a 7 de Março de 2014, no Funchal, com a duração de 7 horas;
- “*VIII Congresso da Ordem dos Médicos Veterinários / IV Encontro de Formação*”, realizado pela Ordem dos Médicos Veterinários, nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2013, no Centro de Congressos de Lisboa;
- “*Doenças neurológicas, não cirúrgicas, em cães e gatos*”, palestra promovida pelo Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Médicos Veterinários, no dia 20 de Julho de 2013, nas instalações do hotel Four Views Monumental, Funchal, com uma duração total de 4 horas.
- “*Control on residues of Veterinary Medicinal Products in food of animal origin*”, formação, promovida pela “BTSF - Better Training for Safer Food” - European Commission, realizada em Valleta, Malta, de 16 a 19 de Abril de 2013;
- “*Abates de Urgência - Enquadramento Legal e Boas Práticas*”, palestra promovida pelo Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos Veterinários, a 6 de Abril de 2013, com a duração de 3 horas;
- “*Regras Aplicáveis ao Setor Alimentar*”, ação de formação, organizada pelo Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Médicos Veterinários, realizada nas Instalações da Junta de Freguesia de Santo António, nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2012, com a duração total de 10 horas;
- “*Poultry Welfare Training*”, curso organizado no âmbito do III Encontro de Formação da Ordem dos Médicos Veterinários / XIII Congresso de Medicina Veterinária em Língua Portuguesa, realizado no Centro de Congressos de Lisboa, nos dias 17 e 18 de Novembro de 2012;
- “*Animais de Companhia: Doenças Infeciosas, Doenças Dermatológicas e Medicina do Comportamento*”, Colóquio organizado pela Ordem dos Médicos Veterinários, realizado no dia 16 de Junho de 2012, no Hotel Madeira Panorâmico - Funchal;
- “*Workshop sobre Critérios de Inspeção Sanitária*”, realizado na Direção Geral de Alimentação e Veterinária - Centro de Estágio da Venda Nova, a 24 de Maio de 2012, com a duração de 7 horas;
- “*Realização de Controlos de Bem-Estar de Frangos em Matadouro e Realização de Controlos de Bem-Estar de Aves nos Locais de Criação*”, ação de formação, organizada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, realizada na Direção de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a 26 de Outubro de 2011, com a duração de 6 horas e 30 minutos;
- “*Bem-Estar das Aves nos Locais de Criação e Sessão de Esclarecimento sobre o Dec.-Lei n.º79/2010 e Dec.-Lei n.º72-F/2003*”, ação de formação, organizada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, realizada na Direção de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a 25 de Outubro de 2011, com a duração de 6 horas e 30 minutos;

- “*Bem-Estar Animal em Transporte Marítimo e Rodoviário e Sistema de Avaliação de Bem-Estar dos Frangos no Matadouro*”, ação de formação, organizada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, realizada na Direção de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a 24 de Outubro de 2011, com a duração de 5 horas e 15 minutos;
 - “*II Encontro de Formação OMV*”, realizado nos dias 8 e 9 de Outubro de 2011, no Centro de Congressos de Lisboa, organizado pela Ordem dos Médicos Veterinários;
 - “*Higiene e Segurança Alimentar*”, ação de formação organizada pelo Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Médicos Veterinários, nos dias 1 e 2 de Outubro de 2011, com uma duração total de 10 horas;
 - “*Comportamento Animal*”, ação de formação organizada pelo Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Médicos Veterinários, no dia 21 de Maio de 2011, nas instalações da Escola dos Ilhéus, com uma duração total de 4 horas;
 - “*I Encontro de Formação OMV*”, realizado nos dias 16 e 17 de Outubro de 2010, no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, organizado pela Ordem dos Médicos Veterinários;
 - “*Patologia e Diagnóstico na Avicultura Industrial*”, curso organizado pela Controlvet Madeira, no dia 15 de Março de 2010, com a duração total de 7 horas;
 - “*Vistórias Enquanto Ato Administrativo e Contra-Ordenações*”, ação de formação, organizada pela Direção Geral de Veterinária, realizada no Auditório da Direção Geral de Veterinária, a 25 e 26 de Fevereiro de 2010;
 - “*Aplicação do Novo Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação da EEB nos Matadouros*”, curso, organizado pela Direção Geral de Veterinária, realizado no Centro de Estágio da Venda Nova de 23 a 25 de Fevereiro de 2010;
 - Sessão de informação/esclarecimento sobre “*Detenção de Canídeos*”, promovido pela Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através do Núcleo de Estudos Epidemiológicos/SIRA-RAM da Direção de Serviços de Produção e Saúde Animal, em Novembro de 2009;
 - “*Higiene Alimentar - Novos Regulamentos UE*”, formação profissional, organizada pela Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2006, com a duração total de 12 horas;
 - “*Food Protection 2004*”, Conferência Internacional, organizada pelo Núcleo de Investigação e Formação Contínua em Segurança e Qualidade Alimentar, realizado na Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz, na Caparica, nos dias 20, 21 e 22 de Maio de 2004;
 - “*Segurança Alimentar / Boas Práticas*”, organizado pela SGS Portugal e FN Hotelaria, realizado nas instalações do Madeira Tecnopolo na R.A.M., no dia 22 de Abril de 2004;
 - “*A Defesa do Consumidor no Século XXI*”, organizado pelo Serviço de Defesa do Consumidor - 15 de Março, realizado no Auditório do Museu da Electricidade - Casa da Luz;
 - “*Inspeção Sanitária e Qualidade Alimentar*”, XXVII Jornadas Médico-Veterinárias, organizadas pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária, realizado na Faculdade de Medicina Veterinária - Universidade Técnica de Lisboa, nos dias 21, 22 e 23 de Novembro de 2003;
 - “*2.º Colóquio sobre Fauna Silvestre*”, organizado pelo Grupo Fauna, no dia 17 de Maio de 2002, na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa;
 - “*Meios Complementares de Diagnóstico – Electrocardiografia e Imagiologia*”, XXV Jornadas Médico-Veterinárias, dias 30 de Novembro, 1 e 2 de Dezembro de 2001, organizado pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária, na Faculdade de Medicina Veterinária - UTL;
 - “*Colóquios de Medicina Veterinária Aplicada a Espécies Exóticas e Selvagens*”, a 7 de Maio de 2001, organizado pelo Grupo Fauna;
 - “*Colóquios de Medicina Veterinária Aplicada a Espécies Exóticas e Selvagens*”, a 4 de Maio de 2001, organizado pelo Grupo Fauna;
 - “*V Congresso Português de Parasitologia*”, de 23 a 25 de novembro de 2000, organizado pela Sociedade Portuguesa de Parasitologia, no Auditório da Faculdade de Medicina Veterinária - UTL.
5. Línguas Estrangeiras:
Idioma: Inglês
Leitura: *Bom*
Escrita: *Bom*
Oralidade: *Bom*
 6. Conhecimentos Informáticos:
Conhecimentos e experiência nos programas Word, Excel, Powerpoint e Outlook. Experiência e prática ao nível da INTERNET.

Aviso n.º 178/2019

Pelo Despacho n.º GS-21/SRAP/2019, datado de 15 de abril, de Sua Excelência o Secretário Regional de Agricultura e Pescas, foi renovada a comissão de serviço do Dr. Daniel Alexandre Maia Bravo da Mata, no cargo de Diretor de Serviços de Alimentação e Veterinária, da Direção Regional de Agricultura, com efeitos a partir de 16 de junho de 2019.

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, aos 23 de abril de 2019.

O CHEFE DO GABINETE, Manuel Avelino Figueira Soares

Aviso n.º 179/2019

Pelo Despacho n.º GS-20/SRAP/2019, datado de 15 de abril, de Sua Excelência o Secretário Regional de Agricultura e Pescas, foi renovada a comissão de serviço da Dra. Ângela Maria Figueira Fernandes Brazão da Silva, no cargo de Diretora de Serviços de Organização e Processos, da Direção Regional de Agricultura, com efeitos a partir de 16 de junho de 2019.

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, aos 23 de abril de 2019.

O CHEFE DO GABINETE, Manuel Avelino Figueira Soares

Aviso n.º 180/2019

Pelo Despacho n.º GS-22/SRAP/2019, datado de 15 de abril, de Sua Excelência o Secretário Regional de Agricultura e Pescas, foi renovada a comissão de serviço do Eng.º Luís Nuno Vasconcelos Porto Ribeiro, no cargo de Diretor de Serviços de Mercados Agroalimentares, da Direção Regional de Agricultura, com efeitos a partir de 16 de junho de 2019.

Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, aos 23 de abril de 2019.

O CHEFE DO GABINETE, Manuel Avelino Figueira Soares

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Despacho n.º 121/2019

Considerando as atribuições cometidas à Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais nos domínios da água, do ambiente, da conservação da natureza, das florestas, da informação geográfica, cartográfica e cadastral, do litoral, do mar, do ordenamento do território, do parque natural, do saneamento básico e do urbanismo no âmbito da estrutura orgânica do Governo Regional da Madeira aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2017/M, de 7 de novembro, e, bem assim, na estrutura orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2015/M, de 5 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2017/M, de 13 de dezembro;

Considerando que face à relevância do setor do Ambiente, torna-se necessário manter uma assessoria específica, nesta área através de um apoio técnico especializado a prestar no meu Gabinete;

Considerando que os secretários regionais podem nomear técnicos especialistas para coadjuvá-los no exercício das suas funções;

Considerando que o licenciado em Direito, João José Ornelas Nunes atenta à sua formação e experiência profissional, possui as competências, aptidões e qualificações adequadas à prestação de assessoria técnica no domínio do Ambiente.

Nestes termos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, do n.º 4 do artigo 4.º, dos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável subsidiariamente com as necessárias adaptações à Região Autónoma da Madeira, determino:

- 1 - Nomear o Técnico Superior da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Licenciado em Direito, João José Ornelas Nunes, Técnico Especialista do meu Gabinete, para prestar assessoria especializada no domínio do Ambiente.
- 2 - O Estatuto Remuneratório do Técnico Especialista é o que se encontra fixado no despacho conjunto da Vice-Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional e Recursos Naturais, de 30 de abril de 2019.
- 3 - O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de maio de 2019.
- 4 - A nota curricular do nomeado, que é parte integrante do presente despacho, consta em anexo.

Esta despesa tem cabimento orçamental na Secretaria 47; Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificação Económica 01.01.03.; 01.01.12.; 01.01.13.; 01.01.14.SF.; 01.01.14.SN. e 01.03.05.A0.A0.

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, aos 30 dias de abril de 2019.

A SECRETÁRIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, Susana Luísa Rodrigues Nascimento Prada

Anexo do Despacho n.º 121/2019, de 20 de maio

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: João José Ornelas Nunes

Naturalidade: freguesia de São Pedro, concelho do Funchal

Data de nascimento: 20 de fevereiro de 1971

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, menção de Ciências Jurídico-Jurídicas, concluída no ano de 1995.

Experiência Profissional Na Administração Pública:

- Consultor jurídico do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas, do Governo Regional da Madeira (12/1995 - 08/1998);
- Coordenador do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas, do Governo Regional da Madeira (09/1998 - 10/2000);
- Consultor jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, do Governo Regional da Madeira (11/2000 - 07/2001);
- Jurista Coordenador da área de Contratação e Empreitadas Públicas do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, do Governo Regional da Madeira (08/2001 - 05/2002);
- Vice-Presidente da Direção do Instituto do Vinho da Madeira (06/2002 - 05/2006);
- Vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP (06/2006 - 01/2012);
- Diretor de Serviços de Artesanato do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP (01/2012 - 11/2012);
- Diretor de Serviços do Gabinete Jurídico da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente (11/2012 - 12/2016);
- Administrador executivo da «Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.», da «Sociedade de Desenvolvimento do Norte, S.A.», da «Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.» e da «Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.» (01/2017 a 03/2018);
- Técnico Superior do Gabinete Jurídico do Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (04/2018 a 04/2019).

Formação Profissional Específica:

- Curso de Contencioso Administrativo, 1996 (INA);

- Curso de Contratos Públicos, 1996 (INA);
- Curso de Fiscalidade e Mercado Único, 1996 (INA);
- Jornadas de Direito Criminal - Revisão do Código Penal, 1996;
- Jornadas de Processo Civil - A Reforma Processual Civil, 1996;
- Curso de Contencioso Comunitário, 1997 (INA);
- Seminário sobre Contratação Pública, 1997 (Tribunal de Contas);
- Jornadas de Sensibilização para a Aplicação Prática do Direito Comunitário, 1998 (Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados);
- Sessão de Formação sobre Alterações ao Direito das Sociedades e sobre a Lei Geral Tributária, 1999 (Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade);
- Sessão de esclarecimento sobre Contabilidade e Fiscalidade, 1999 (Associação Portuguesa de Técnicos de Contas);
- Curso sobre o Regime da Realização das Despesas Públicas, 1999 (Direção Regional da Administração Pública e Local);
- Curso sobre os Adiantamentos em Empreitadas de Obras Públicas, 2001 (Centro de Formação da «Sociedade de Formação e Consultoria, Ld.^a»);
- Ação de formação sobre o Novo Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações, 2009 (IVBAM);
- Curso sobre a 3ª Revisão ao Código do Trabalho, 2012 (Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade);
- Curso de Pós-graduação em Direito dos Contratos Públicos, 2018, (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).

Formação Profissional Genérica:

- Curso do First Certificate em Inglês, da Universidade de Cambridge;
- Curso de Técnicos Superiores Estagiários, Funchal, 1997 (INA);
- Curso Intensivo integrado sobre Introdução à Informática, 1997 (Formarte);
- Curso de Formação de Formadores, 1998 (Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo);
- Seminário sobre Novas Tecnologias na comunicação com o público, 1998 (INA);
- Curso sobre Tratamento de Bases de Dados Relacionais com MS-Access, 1999 (Formarte);
- Curso sobre Tecnologia Internet - Utilização e navegação, 2000 (Formarte);
- Curso de formação profissional sobre Ferramentas de Gestão Financeira nos Serviços Públicos para não Financeiros, 2004 (Direção Regional de Administração Pública e Local);
- Seminário de Alta Direção, Funchal, 2005 (INA);
- Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), 2008 (INA);
- Curso de formação profissional sobre CAF - O diagnóstico das organizações e a introdução de melhorias, 2009 (Direção Regional da Administração Pública e Local);

Outras Experiências Profissionais:

- Técnico voluntário da «A.P.A.V. - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima» (10/1994 - 10/1995);
- Advogado estagiário da sociedade de advogados «Silva, Marques & Sequeira» (10/1995 - 10/1996);

- Monitor do módulo de «Legislação Aplicada» no Curso de Formação para Vigilantes da Natureza do Parque Natural da Madeira (1997);
- Presidente da Direção da Associação de Socorros Mútuos «4 de Setembro de 1862» (01/1998 - 03/2000);
- Participante no Programa Comunitário de Intercâmbio Profissional “Karolus” (Instituto Europeu de Administração Pública, Maastricht) (08/1999 - 10/1999);
- Vogal suplente do Conselho Fiscal do «BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.» (03/2000 - 03/2003);
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da «Prebel - Sociedade Técnica de Prefabricação e Construção, S.A.» (11/2016 - 05/2017).

Aviso n.º 181/2019

1. Em cumprimento do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (adiante também designada por LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 42/2016, de 28 de dezembro, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 49/2018, de 14 de agosto, e 71/2018, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, dos artigos 13.º, 14.º e 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, dos artigos 44.º e 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril (adiante também designada apenas por Portaria), torna-se público que, por despacho, de 6 de maio de 2019, de Sua Excelência a Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira (JORAM), procedimento concursal comum, destinado a trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público, para ocupação, mediante a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um posto de trabalho previsto e não ocupado da carreira e categoria de técnico superior abrangido pelo Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, previsto no mapa de pessoal da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, nos termos seguintes:

- 1.1. O presente procedimento concursal foi autorizado pelo Despacho de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, de 15 de janeiro de 2019, que aprova o Mapa Regional Consolidado de Recrutamento para os serviços e organismos da Administração Pública Regional, referente ao 1.º trimestre de 2019 como primeira prioridade de recrutamento, nos termos do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, que adapta à Região Autónoma da

Madeira a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugado com o disposto nos artigos 43.º e 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro.

1.1.1. Considerando que o presente procedimento concursal se enquadra no procedimento especial de regularização de precariedade previsto no artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro, não lhe é aplicável o disposto nos n.ºs 3 a 6 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º da LTFP, e o disposto no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto.

1.2. Entidade Pública Empregadora: Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

2. Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2001/M, de 24 de agosto; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro; Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro; Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2015/M, de 5 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2017/M, de 13 de dezembro, e Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2016/M, de 22 de abril.
3. Local de Trabalho: Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais e afetação à Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, sita no concelho do Funchal, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2015/M, de 5 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2017/M, de 13 de dezembro.
4. Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar.
5. Caracterização dos postos de trabalho a ocupar: Exercício de funções de apoio técnico por um titular de licenciatura em Engenharia Geográfica com conteúdo inerente ao descrito para a carreira e categoria de Técnico Superior, conforme previsto no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na área da respetiva especialização (Engenharia Geográfica) e na área de competências da Direção de Serviços de Informação Geográfica e Cadastro da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, previstas nas alíneas a) a i) do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 164/2016, de 27 de abril, dos Secretários Regionais das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente e Recursos

Naturais, publicada no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, 1.ª Série, n.º 74, de 27 de abril, das quais se destacam:

- a) Desenvolver e coordenar a implementação do sistema regional de informação geográfica;
 - b) Estudar e formular propostas necessárias à manutenção e aperfeiçoamento do referencial geodésico regional;
 - c) Promover a cobertura cartográfica do território regional;
 - d) Promover a execução, renovação e conservação do cadastro predial;
 - e) Colaborar, no domínio das suas áreas de atuação, com outras instituições ou organismos na implementação de projetos sectoriais de sistemas de informação geográfica ou projetos de investigação;
 - f) Promover a referenciação e identificação dos prédios existentes no território regional;
 - g) Promover e difundir a informação cartográfica e cadastral da Região;
 - h) Promover, coordenar e realizar na Região programas e projetos no domínio da informação geográfica;
 - i) Exercer as demais competências que, dentro da sua área funcional, lhe sejam superiormente atribuídas.
6. Posição remuneratória de referência: O posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, tendo por base a 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior, a que corresponde o nível 15 da Tabela Remuneratória Única, nos termos do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, observando o disposto no artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), no artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e no artigo 46.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro.
7. Requisitos de admissão: Podem ser candidatos ao presente procedimento concursal os cidadãos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, que reúnam os seguintes requisitos, até ao último dia do prazo de candidatura:
- 7.1. Os candidatos devem reunir os requisitos previstos no artigo 17.º da LTFP, a saber:
 - a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas a que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.
 - 7.2. O nível habilitacional exigido é a licenciatura por tratar-se do exercício de funções com o grau de complexidade 3.

- 7.3. No presente procedimento é exigida a licenciatura em Engenharia Geográfica, não existindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.
8. - Perfil de competências associado ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.
- Planeamento e Organização;
 - Iniciativa e Autonomia;
 - Responsabilidade e Compromisso com o Serviço;
 - Relacionamento Interpessoal;
 - Trabalho de Equipa e Cooperação;
 - Tolerância à Pressão e Contrariedades.
9. Nos termos da alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira técnica superior, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.
10. Apresentação da candidatura:
- 10.1. Prazo de apresentação da candidatura: O prazo de apresentação da candidatura é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira.
- 10.2. Forma de apresentação da candidatura: A candidatura deve ser formalizada obrigatoriamente mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no site da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais em <https://www.madeira.gov.pt/sra/Estrutura/RH-e-Recrutamento>, ou no Gabinete de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, localizado à Rua Dr. Pestana Júnior, n.º 6, 5.º andar, 9064-506 Funchal, no período compreendido entre as 9h00 e as 17h30.
- 10.3. Os formulários de candidatura devem ser entregues nas instalações da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, sitas à Rua Dr. Pestana Júnior, n.º 6, 5.º andar, 9064-506 Funchal, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30; ou, enviados pelo correio registado, com aviso de receção para a referida morada, dentro do prazo de abertura do procedimento concursal, não sendo admitido o envio de candidaturas por correio eletrónico.
- 10.4. O formulário de candidatura devidamente preenchido, datado e assinado, deve ser acompanhado da seguinte documentação:
- Cópia legível do certificado de habilitações académicas;
 - Comprovativos das ações de formação frequentadas e relacionadas com a caracterização do posto de trabalho a ocupar;
 - Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado pelo candidato, acompanhado dos documentos comprovativos dos factos nele invocados;
 - Documentos comprovativos de que o candidato reúne os requisitos gerais de admissão constantes das alíneas a), b), c), d) e e) do ponto 7.1. do presente aviso;
- 10.5. Candidatos com vínculo de emprego público
- Os candidatos já detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado devem ainda entregar (para além dos documentos indicados no ponto 10.4. deste aviso) os seguintes documentos:
- Declaração emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal, da qual conste a modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado de que o candidato é titular, data da sua constituição, a carreira, a categoria, a posição remuneratória em que se encontra nessa data, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, para efeitos de o júri poder ponderar a experiência profissional do candidato com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho em causa;
 - Declaração de conteúdo funcional emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o estabelecido no respetivo mapa de pessoal.
 - Documentos comprovativos da avaliação de desempenho respeitante aos três últimos períodos objeto de avaliação, com referência aos valores quantitativos e qualitativos, ou sendo o caso, a indicação dos motivos de não avaliação em 1 ou mais períodos.
- 10.6. Candidatos beneficiários de programa de emprego, entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018
- Os candidatos beneficiários de programa de emprego, entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 devem ainda entregar (para além dos documentos indicados no ponto 10.4. deste aviso) os seguintes documentos:
- declaração, a emitir pelo serviço onde exerceram funções, onde conste, de forma inequívoca, a identificação do programa e respetiva duração, bem como discriminação das funções exercidas.
- 10.7. É dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos a que se referem as alíneas a), b), c), d) e e) do ponto 7.1. deste aviso, desde que os candidatos declarem no formulário da candidatura, que reúnem os mesmos requisitos.

- 10.8. Os candidatos que sejam trabalhadores da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, ficam dispensados da entrega dos documentos exigidos nas alíneas a) e c) do ponto 10.5. do presente aviso, do mesmo modo que os candidatos beneficiários de programa de emprego, entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, que tenham exercido funções na Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais ficam dispensados da entrega do documento exigido na alínea a), do ponto 10.6. do presente aviso quanto ao exercício de funções em serviços desta Secretaria Regional.
- 10.9. Os candidatos que sejam trabalhadores da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, ficam dispensados da entrega dos documentos comprovativos dos factos indicados no *curriculum vitae*, desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no processo individual.
- 10.10. O júri pode exigir aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito, e que se encontrem deficientemente comprovados.
- 10.11. A não apresentação dos documentos exigidos, nos termos da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, determina a exclusão dos candidatos do procedimento concursal, nos termos do n.º 8 do artigo 20.º da referida Portaria.
- 10.12. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.
11. Métodos de seleção: Atendendo ao facto de o procedimento concursal se destinar à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, cujos candidatos sejam trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público, bem como ao facto de o presente procedimento concursal se enquadrar na previsão do artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro, serão aplicados os métodos de seleção nos seguintes termos:
- 11.1. Em regra, nos termos da alínea a) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, aos candidatos serão aplicados os seguintes métodos de seleção:
- Prova de Conhecimentos (PC); e
 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS).
- 11.2. Nos termos da alínea a) do n.º 2 e n.º 4 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Pública, do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, aos candidatos que reúnam as condições previstas na alínea a) do n.º 2 do referido artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (ou seja, candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade) e que não exerçam a faculdade de opção pelos métodos referidos nas alíneas a) e b) do ponto 11.1. supra, prevista no n.º 3 do mesmo artigo, serão aplicados como métodos de seleção:
- Avaliação Curricular (AC); e
 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS).
- 11.3. Nos termos do artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro, do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, do n.º 4 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, aos candidatos que ocuparam o posto de trabalho em causa no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 no âmbito de programas de emprego que ainda estejam a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caraterizadoras do posto de trabalho em causa serão aplicados como método de seleção:
- Avaliação Curricular (AC);
 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS); podendo, ainda, estes candidatos exercer a faculdade de opção de cumular com estes métodos o método de seleção Prova de Conhecimentos (PC), assinalando expressamente tal intenção no formulário de candidatura, no campo reservado para o efeito.
- 11.4. Nos termos da alínea a) do n.º 1 e n.º 4 do referido artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto, do artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, aos candidatos que ocuparam o posto de trabalho em causa no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 no âmbito de programas de emprego que já não estejam a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caraterizadoras do posto de trabalho em causa serão aplicados como métodos de seleção:
- Prova de Conhecimentos (PC);
 - Avaliação Curricular (AC); e
 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS).
- 11.5. Valoração dos métodos de seleção
Na valoração dos métodos de seleção referidos são adotadas diferentes escalas de classificação, de acordo com a especificidade

de cada método, sendo os resultados convertidos para a escala de 0 a 20 valores e sendo a classificação final obtida pela aplicação de uma das seguintes fórmulas, consoante a origem e ou opção do candidato:

- Candidatos previstos em 11.1):

$$CF = ([PC \times 70\%] + [EPS \times 30\%])$$

- Candidatos previstos em 11.2):

$$CF = ([AC \times 70\%] + [EPS \times 30\%])$$

- Candidatos previstos em 11.3):

$$CF = ([AC \times 70\%] + [EPS \times 30\%])$$

ou, para os candidatos que exerçam a opção de cumular o método de seleção Prova de Conhecimentos,

$$CF = ([AC \times 35\%] + [PC \times 35\%]) + [EPS \times 30\%])$$

- Candidatos previstos em 11.4):

$$CF = ([PC \times 35\%] + [AC \times 35\%]) + [EPS \times 30\%])$$

Em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

AC = Avaliação Curricular

11.6. Prova de conhecimentos (PC)

A Prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício das funções correspondentes à caracterização do posto de trabalho a ocupar, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa

A Prova de conhecimentos será de natureza teórica, de realização individual, em suporte de papel e sob a forma escrita, com possibilidade de consulta da legislação não anotada, mas não sendo permitida a utilização de qualquer equipamento informático. Tem a duração máxima de uma hora e trinta minutos e incide sobre as seguintes temáticas a que se refere a seguinte legislação e bibliografia:

- a) Orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2015/M, de 5 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2017/M, de 13 de dezembro;
- b) Orgânica da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente - - Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2016/M, de 22 de abril;
- c) Estrutura Nuclear dos Serviços da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente - Portaria n.º 164/2016, de 27 de abril, dos Secretários Regionais das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente e Recursos Naturais, publicada no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, 1.ª Série, n.º 74, de 27 de abril;

- d) Relevância da informação geoespacial para as políticas da União Europeia

- DIRECTIVA 2007/2/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 14 de março de 2007, que estabelece uma infraestrutura de informação geográfica na Comunidade Europeia (Inspire) (JO L 108 de 25.4.2007, p. 1);
- REGULAMENTO (CE) N.º 1205/2008 DA COMISSÃO, de 3 de dezembro de 2008, que estabelece as modalidades de aplicação da Directiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho em matéria de metadados;
- Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que revê o Sistema Nacional de Informação Geográfica, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2007/2/CE, aditado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 29/2017, de 16 de março.

- e) Cadastro Predial - Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 119/95, de 30 de setembro, que aprova o Regulamento do Cadastro Predial.

- f) Sistemas de Informação Geográfica

- Matos, João Luís, 2008. Fundamentos de Informação Geográfica. 5ª edição. LIDEL - Edições Técnicas, Lda., Lisboa.
- Gaspar, Joaquim Alves, 2008. Cartas e Projeções Cartográficas, 3ª edição. LIDEL - Edições Técnicas, Lda., Lisboa.

A bibliografia e a legislação necessárias à preparação dos temas sobre os quais incidirá a prova de conhecimentos é a indicada nas alíneas a) a f) do presente ponto 11.6..

As provas não poderão ser assinadas sendo apenas identificadas por uma numeração convencional a atribuir pelo júri a qual substitui o nome do candidato até que se encontre completa a sua avaliação.

Nas provas de conhecimentos é adotada a escala de 0 a 20 valores considerando-se a valoração até às centésimas.

A prova de conhecimentos será constituída por vinte perguntas com resposta de escolha múltipla, com 4 opções, e para efeitos de valoração deste método de seleção (PC) será aplicada a seguinte fórmula:

$$PC = VRCPREM,$$

em que:

PC = Prova de conhecimentos;

VRCPREM = Somatório da valoração atribuída às respostas certas nas perguntas de resposta de escolha múltipla.

11.7. Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

A entrevista profissional de seleção visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

Na Entrevista Profissional de Seleção (EPS) serão apreciados os fatores “sentido crítico”, “motivação”, “expressão e fluência verbais” e “qualidade da experiência profissional”.

A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo o resultado final obtido através do cálculo da média aritmética simples, de acordo com a seguinte fórmula, numa escala de 0 a 20 valores:

$$EPS = (SC + MTV + EFV + QEP) / 4,$$

em que:

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

SC = Sentido Crítico

MTV = Motivação

EFV = Expressão e Fluência Verbais

QEP = Qualidade da Experiência Profissional

11.8. Avaliação Curricular (AC)

A Avaliação Curricular visa avaliar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, fixados pelo júri, a saber:

- a) A habilitação académica;
- b) A formação profissional (em que serão consideradas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional que se relacionem, pela sua denominação e/ou conteúdo programático, diretamente com as exigências e competências necessárias ao exercício das funções indicadas no ponto 5 do presente aviso).
- c) A experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho a ocupar.
- d) A avaliação do desempenho, relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

A Avaliação Curricular é valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada, de acordo com a seguinte fórmula classificativa:

$$AC = (HA + FP + [EP \times 3] + AD) / 6,$$

em que:

AC = Avaliação Curricular;

HA = Habilitação Académica;

FP = Formação Profissional;

EP = Experiência Profissional;

AD = Avaliação do Desempenho.

Só serão contabilizados os elementos relativos às habilitações, formações profissionais, experiência profissional e avaliação do desempenho que se encontrem devidamente concluídos e sejam comprovados nos termos atrás referidos.

11.9. Cada um dos métodos de seleção é eliminatório pela ordem enunciada na lei, quanto aos obrigatórios, e pela ordem constante da publicitação quanto ao método complementar.

11.10. Em caso de igualdade de valoração, observar-se-á o disposto no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugado com o disposto no artigo 66.º da LTFP.

11.11. A lista de ordenação final dos candidatos é unitária ainda que, neste procedimento concursal, lhes tenha sido aplicado diferentes métodos de seleção.

12. Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma mencionado.

13. Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são publicitadas no sítio da internet da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, com o endereço <http://www.madeira.gov.pt/sra/Estrutura/RH-e-Recrutamento>

14. Resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção
Os candidatos admitidos serão convocados, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis, através de notificação da data, horário e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e por uma das formas previstas no artigo 10.º da referida Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, a afixar em local visível e público das instalações da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, a disponibilizar na sua página eletrónica, com o endereço <http://www.madeira.gov.pt/sra/Estrutura/RH-e-Recrutamento>

Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para a realização do método seguinte, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis, através de notificação, por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

15. Candidatos aprovados e excluídos
Constituem motivos de exclusão dos candidatos, o incumprimento dos requisitos gerais e especiais mencionados no presente Aviso, sem prejuízo dos

demais requisitos, legal ou regulamentarmente previstos.

Constituem ainda motivos de exclusão a não comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção que exijam a sua presença e a obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer método de seleção aplicado, não sendo, neste caso, aplicado o método de seleção seguinte.

16. Homologação da lista de ordenação final: Após homologação, a lista unitária de ordenação final dos candidatos é afixada em local visível e público das instalações da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, disponibilizada na sua página eletrónica, com o endereço <http://www.madeira.gov.pt/sra/Estrutura/RH-e-Recrutamento> sendo ainda publicado um aviso na 2.ª Série do *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira com informação sobre a sua publicitação.

17. Júri do procedimento concursal:
Foi nomeado o seguinte Júri para o presente procedimento concursal:

Presidente do Júri:

- Dr. Paulo Clode de Freitas, Diretor de Serviços de Informação Geográfica e Cadastro da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente.

Vogais efetivos:

- 1.º Vogal - Dr. Marco Paulo de Sousa, Técnico Superior integrado no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, afeto ao Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
- 2.º Vogal - Eng.ª Maria Madalena Tomás Gonçalves, Técnica Superior integrada no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, afeta à Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente.

Vogais suplentes:

- Dr. António Conceição Figueira Chaves, Técnico Superior integrado no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e

Recursos Naturais, afeto à Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente; e,
- Dra. Julieta Paula Freitas Silva, Técnica Superior integrada no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, afeta à Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente.

18. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais,
aos 14 de maio de 2019.

A CHEFE DO GABINETE, Júlia Isabel Vieira Lopes

SECRETARIA REGIONAL DOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Aviso n.º 182/2019

3CPL19 ES

“Reposição de Infraestruturas Afetadas - Estacionamento do Infante”. Publicado em *Diário da República*, II Série, n.º 94, de 16 de maio de 2019.

Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do procedimento de contratação pública em referência, o Secretário Regional dos Equipamentos e Infraestruturas decidiu, por despacho de 16/05/2019, prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, por mais 14 dias, passando a data limite de entrega das propostas para o dia 03/06/2019, até às 17H00.

Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional de Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas, 16 de maio de 2019.

O DIRETOR REGIONAL, João Ricardo Luís dos Reis

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas.....	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas.....	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas.....	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas.....	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas.....	€38,56 cada	€231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€27,66	€13,75;
Duas Séries.....	€52,38	€26,28;
Três Séries.....	€63,78	€31,95;
Completa.....	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 5,48 (IVA incluído)